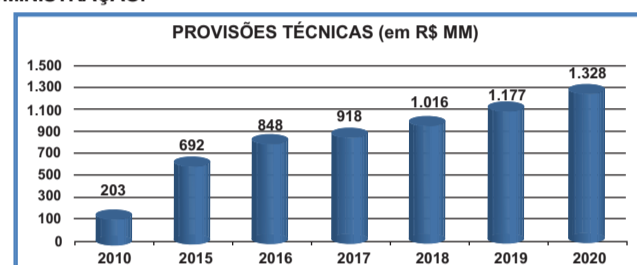
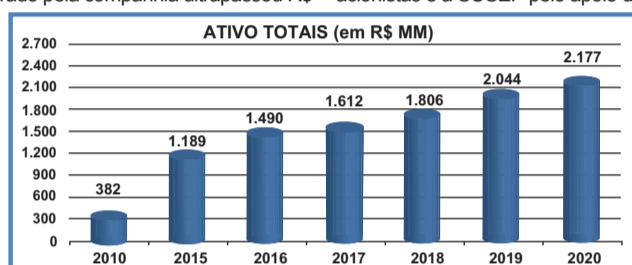
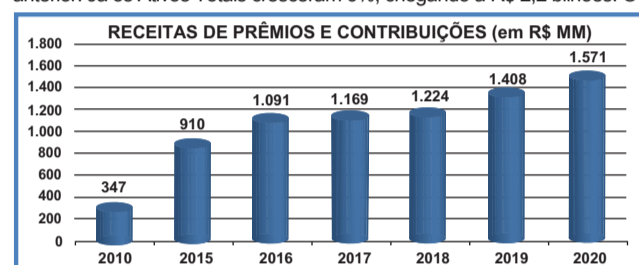


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A tem a satisfação de apresentar aos seus clientes, parceiros comerciais e acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao ano 2020. O ano 2020 apresentou um cenário extremamente desafiador, devido à pandemia da COVID 19, que trouxe volatilidade em diversos setores da economia, levou o Brasil a número recorde de desempregados e gerou uma projeção de retração de 4% Produto Interno Bruto (PIB). Ciente da importância do seu papel social neste ano desafiador, a MAG Seguros decidiu realizar o pagamento de benefícios por morte e invalidez permanente em decorrência do coronavírus, mesmo para os contratos que tinham a causa epidemia/pandemia expressamente excluída na sua cobertura. Pensando em seus colaboradores, corretores-parceiros e seus familiares, a MAG Seguros implementou a partir de março, um grupo de trabalho para acompanhar e tratar todos os assuntos relacionados à pandemia. Em apenas uma semana adotou o modelo de trabalho em casa, em todo o Brasil. Isso foi possível em decorrência do contínuo investimento da companhia em tecnologia e infraestrutura realizado ao longo dos últimos anos. A MAG Seguros aderiu ao movimento "Não Demita" e intensificou as práticas de bem-estar, saúde e qualidade de vida, como a vacinação contra a gripe em formato *drive-thru*, a realização de mais de 1.800 atendimentos médicos e nutricionais e a implementação do programa "Tamo Junto", que oferece serviços de apoio aos colaboradores e seus familiares. Também desenvolveu um amplo pacote de benefícios com objetivo principal de contribuir com sustentabilidade financeira dos nossos corretores parceiros durante a pandemia. Seguindo seu planejamento estratégico e apesar do cenário desafiador, a MAG Seguros realizou significativos investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando a contínua expansão de seus negócios e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais. Avançou em importantes ferramentas voltadas para o corretor com a criação do Portal de Seguros Coletivos. Também realizou melhorias contínuas no Venda Digital, ferramenta que permite que os corretores realizem todo processo de comercialização das soluções da companhia de forma totalmente digital, que foram fundamentais para a continuidade dos negócios durante a pandemia, tendo a ferramenta registrado um aumento de 35% no número de usuários. Mais de 95% das vendas foram realizadas por esta plataforma. Para o ano de 2021, a MAG Seguros continuará a intensificar os seus investimentos em infraestrutura e tecnologia promovendo a inovação, o crescimento e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais. Sob o ponto de vista do capital humano, a seguradora seguirá apostando no desenvolvimento e qualificação dos seus profissionais. A companhia também trabalhará para o aumento da eficiência operacional e da produtividade para a expansão dos negócios, apostando ainda mais em metodologias ágeis para otimização de tempo, recursos e com foco em garantir a alta qualidade das entregas. A seguir, serão apresentados os resultados financeiros da MAG Seguros. **DESEMPENHO:** Devido às alterações dos registros contábeis das operações do Consórcio do Seguro DPVAT, as análises neste Relatório foram realizadas com ajustes nos períodos anteriores para que as bases fossem comparáveis. O ano de 2020 da MAG Seguros, apesar dos efeitos sociais e econômicos da pandemia do novo coronavírus, foi muito positivo. A seguradora apresentou crescimento de 12% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 13% das Provisões Técnicas líquidas de resseguro, que foram de R\$ 1,6 bilhão e R\$ 1,3 bilhão, respectivamente. Este resultado demonstra o sucesso alcançado nas estratégias de expansão e solidificação das operações da companhia. Para manter a base comparativa com períodos anteriores, caso considerássemos as receitas apuradas na SICOOB Seguradora, o total das Receitas de Prêmios e Contribuições seria de R\$ 2,4 bilhões, com crescimento expressivo de 24%. O crescimento das receitas está de acordo com a expectativa da Administração, uma vez que, desde março de 2017, todos os novos negócios e renovações gerados pela parceria com o Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB foram implantados na SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S/A. O total das Receitas de Prêmios e Contribuições apurado na SICOOB Seguradora foi de R\$ 806 milhões. Em 2020, a companhia alcançou ainda crescimento de 60% em novas vendas de coberturas de riscos, principalmente individuais. A variação observada considera todas as vendas realizadas, inclusive as implantadas na SICOOB Seguradora. Nos últimos dez anos, a companhia apresentou crescimento de 352% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 553% das Provisões Técnicas líquidas de resseguro. As Despesas Administrativas cresceram 5%, abaixo da evolução das Receitas de Prêmios e Contribuições. O aumento contido das despesas frente aos fortes investimentos em crescimento, qualidade de serviços, ampliação da rede de distribuição, infraestrutura, tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos, é resultado da forte disciplina financeira da companhia. A MAG Seguros intensificará o controle de despesas e a busca por maior eficiência operacional em 2021, com o objetivo de reduzir ainda mais as Despesas Administrativas. O Lucro Líquido da MAG Seguros no ano de 2020 foi de R\$ 58,1 milhões, 16% inferior ao observado no mesmo período do ano anterior, porém alinhado com os objetivos da companhia para o ano, principalmente devido aos efeitos da pandemia. O impacto dos sinistros relacionados aos casos de COVID 19 e doenças respiratórias foi de R\$ 53 milhões, enquanto o efeito negativo da pandemia no Resultado Financeiro foi de aproximadamente R\$ 15 milhões. Caso fossem desconsiderados os efeitos da pandemia na sinistralidade e no Resultado Financeiro, o Lucro Líquido seria de aproximadamente R\$ 100 milhões. Como consequência dos resultados alcançados e da contínua capitalização da companhia, o Patrimônio Líquido fechou o ano em R\$ 424 milhões, o que representou um aumento de 9% em relação ao ano anterior. Já os Ativos Totais cresceram 6%, chegando a R\$ 2,2 bilhões. O capital total segurado pela companhia ultrapassou R\$

592 bilhões, avançando 25%. **REALIZAÇÕES E AMPLIAÇÃO DOS SEGMENTOS DE ATUAÇÃO:** A MAG Seguros iniciou 2020 celebrando os seus 185 anos com o MAGNEXT, maior evento do mercado segurador brasileiro que reuniu cerca de 3 mil pessoas no Rio de Janeiro. Na ocasião, lançou suas novas marcas comerciais, se tornando MAG e dando mais um passo importante para o crescente reconhecimento da companhia na sociedade. O ano de 2020 marcou o início do patrocínio na Copa Continental do Brasil, competição mais democrática do futebol, possibilitando a presença da marca MAG Seguros em rede nacional. Além disso, alcançou recorde de visibilidade e presença na imprensa, com mais de 2.700 reportagens, resultado 50% superior ao de 2019. A busca pela satisfação de seus clientes contribuiu diretamente com a reputação de sua marca. Ao longo de 2020, a MAG Seguros atingiu reconhecimentos significativos neste aspecto. A sua nota de NPS em 2020 foi de 51 pontos, mantendo a companhia dentro daquele que é considerado nível de excelência da metodologia NPS (acima de 50 pontos). Também vale destaque a classificação da MAG Seguros com o selo RA 1000 pelo Reclame Aqui, destinado às empresas que atingiram o padrão máximo de excelência no atendimento ao cliente naquele que é o maior portal de avaliação de serviço da América Latina. O ano de 2020 foi marcado por muitas conquistas. A MAG Seguros seguiu na lista das melhores empresas para se trabalhar, alcançando o quarto lugar no Rio de Janeiro e a 43ª colocação nacionalmente, segundo a Great Place To Work (GPTW). A MAG Seguros está sempre acompanhando as demandas e tendências do mercado. Neste contexto, a companhia realizou, durante o ano de 2020, o lançamento de dezesseis soluções de produtos de seguro de vida no seu portfólio, para todos os seus modelos de negócio. Além disso, a MAG Seguros, tem investido no desenvolvimento de produtos de microsseguro, possibilitando o atendimento completo aos seus clientes, independentemente de sua classe social. A companhia seguiu com a parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e com o IRB Brasil RE no fortalecimento do Insurtech Innovation Program. O objetivo é desenvolver e fomentar a cultura de inovação e gerar soluções que possam ser implementadas pela seguradora. Outras iniciativas são com Universidade Federal do Rio de Janeiro para o desenvolvimento de estudos atuariais próprios, além do programa desenvolvido internamente para os mais de mil colaboradores da MAG Seguros no país, com o objetivo de fomentar a cultura da inovação dentro de casa. É relevante citar que a empresa manteve a sua liderança na distribuição de planos de Previdência Associativa, posição que ocupa desde que foram regulamentados os fundos instituídos para categorias profissionais. Também vale destaque a liderança no segmento de previdência complementar para servidores públicos pela distribuição das coberturas de riscos de morte e invalidez aos participantes dos planos de benefícios complementares da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (PREVCOM), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPRESP-EXE), Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo (PREVES), Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais (PREVCOM-MG), Fundação de Previdência Complementar do Brasil Central (PREVCOM-BC), Fundação de Previdência Complementar do Município de Curitiba (CuritibaPrev) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul (RS-Prev). Merece igual destaque a consolidação da presença da MAG Seguros junto às cooperativas e aos agentes autônomos de investimento (modelo de negócio Venda Avançada), que apresentaram crescimento mais que duas vezes superior ao da média da companhia. O Instituto de Longevidade Mongeral Aegon seguiu com o seu forte papel de discutir a longevidade no Brasil e de propor iniciativas relacionadas ao tema. Uma das suas maiores realizações em 2020 foi o lançamento da segunda edição do Índice de Desenvolvimento Urbano para Longevidade (IDL), além das três pesquisas de Preparo para a Aposentadoria. O Índice de Desenvolvimento Urbano para Longevidade (IDL) foi criado pelo Instituto de Longevidade Mongeral Aegon para investigar o grau de bem-estar oferecido pelos municípios brasileiros a seus habitantes acima de 60 anos. O portal de conteúdo do Instituto se consolidou como uma referência nacional no tema e superou 6,7 milhões de visitantes únicos e 18 milhões de páginas visualizadas. O Instituto assinou, ainda, acordo de cooperação técnica com o INSS e qualificou para oferecer atendimento digital desse órgão para todos os seus membros. **GOVERNANÇA CORPORATIVA:** A MAG Seguros possui Diretoria específica de Controles Internos e Compliance, assim como Comitê de Auditoria. A companhia reforçou os investimentos na atualização e monitoramento de sua matriz de riscos, incrementando os sistemas de monitoramento de ações de prevenção à fraude e combate à lavagem de dinheiro, assim como o monitoramento de pessoas politicamente expostas. Foram realizados treinamentos aos agentes de Controles Internos e Compliance que atuam dentro das diversas áreas da companhia. Além disso, houve a continuidade ao desenvolvimento de sistema para formação de banco de dados de perdas operacionais. A companhia também investe, periodicamente, em testes do seu Plano de Continuidade de Negócios, garantindo a funcionalidade da operação da seguradora. Todos os investimentos vêm sendo realizados para o alinhamento às melhores práticas de mercado e às políticas desenvolvidas pela Aegon. **DECLARAÇÃO:** Em atendimento à Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015, a MAG Seguros declarou sua capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidas até o vencimento". **AGRADECIMENTOS:** A Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A agradece aos seus funcionários, parceiros comerciais e corretores pela dedicação e desempenho, aos seus clientes pela confiança, aos seus acionistas e à SUSEP pelo apoio dispensado. **A ADMINISTRAÇÃO.**



BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
			Reapresentado				Reapresentado
			Nota 3(t)				Nota 3(t)
Circulante Disponível		1.205.082	1.091.825	Circulante Contas a pagar		584.466	522.235
Caixa e bancos		724	1.057	Obrigações a pagar	14	182.644	111.047
Aplicações	7	885.840	763.091	Impostos e encargos sociais a recolher		55.305	67.295
Créditos das operações com seguros e resseguros		109.060	85.955	Encargos trabalhistas		12.872	9.261
Prêmios a receber	9(a)	63.765	50.123	Empréstimos e financiamentos	20	17.157	15.740
Operações com seguradoras		1.184	1.184	Impostos e contribuições		87.005	1.606
Operações com resseguradoras	9(c)	33.677	21.839	Débitos de operações com seguros e resseguros		29.182	21.578
Outros créditos operacionais		10.434	12.809	Prêmio a restituir		1	3
Créditos das operações com previdência complementar		79.969	95.350	Operações com seguradoras		823	299
Valores a receber	9(b)	64.963	83.149	Operações com resseguradoras		19.771	12.949
Créditos de resseguros	9(c)	13.032	10.227	Corretores de seguros e resseguros		8.147	8.158
Operações com repasses		1.974	1.974	Outros débitos operacionais		440	169
Ativos de resseguro - provisões técnicas		71.185	70.259	Débitos de operações com previdência complementar		41.867	44.071
Seguros	18(a)	38.245	35.000	Débitos de resseguros	15(a)	35.694	37.717
Previdência		32.940	35.259	Operações de repasses		449	584
Títulos e créditos a receber		15.922	21.893	Outros débitos operacionais		5.724	5.770
Títulos e créditos a receber		3.828	4.797	Depósitos de terceiros	16	10.963	34.093
Créditos tributários e previdenciários	23(b)	7.980	12.275	Provisões técnicas - seguros	18	207.528	188.018
Outros créditos				Pessoas		142.199	125.589
Adiantamentos a funcionários		1.817	1.458	Vida individual		63.868	61.240
Adiantamentos administrativos		477	1.479	Vida com cobertura por sobrevivência		1.461	1.189
Outros		1.820	1.884	Provisões técnicas - previdência complementar	17(a)	112.282	123.428
Outros valores e bens		2.096	2.267	Planos bloqueados		471	1.771
Empréstimos e depósitos compulsórios		1.523	1.483	Planos não bloqueados		111.169	120.576
Despesas antecipadas		7.473	20.842	PGBL/PRGP		642	1.081
Custos de aquisição diferidos		31.290	29.628	Não circulante		1.167.969	1.010.188
Seguros	18(c)	28.436	25.644	Contas a pagar		13.470	8.402
Previdência	17(b)	2.854	3.984	Obrigações a pagar	14	1.086	600
Realizável a longo prazo		971.560	828.416	Tributos diferidos	23(b)	8.252	6.288
Aplicações	7	631.239	523.179	Empréstimos e financiamentos	20	4.132	1.514
Ativos de resseguro - provisões técnicas		19.564	15.671	Débitos de operações com previdência complementar		17.324	21.331
Seguros	18(a)	15.042	12.544	Débitos de resseguros	15(a)	17.324	21.331
Previdência		4.522	3.127	Provisões técnicas - seguros	18	693.316	577.394
Títulos e créditos a receber		73.332	66.888	Pessoas		64.549	50.961
Créditos tributários e previdenciários	23(b)	38.896	34.081	Vida individual		364.778	266.182
Depósitos judiciais e fiscais	21(c)	33.675	32.047	Vida com cobertura por sobrevivência		263.989	260.251
Outros créditos operacionais		761	760	Provisões técnicas - previdência complementar	17(a)	405.189	374.262
Outros Valores e bens		5.688	-	Planos bloqueados		3.529	2.445
Empréstimos e depósitos compulsórios		510	463	Planos não bloqueados		222.823	187.052
Despesas antecipadas		5.425	4.471	PGBL/PRGP		178.837	184.765
Custos de aquisição diferidos		31.468	32.534	Outros débitos		38.670	28.799
Seguros	18(c)	29.260	29.898	Provisões judiciais	21	16.984	14.895
Previdência	17(b)	2.208	2.636	Outras Provisões		21.686	13.904
Investimentos		59.831	51.696	Patrimônio líquido	22	424.207	387.818
Participações societárias	11	41.176	34.841	Capital social		130.939	130.939
Imóveis destinados à renda	10	16.855	16.855	Reservas de capital		35.815	35.815
Outros Investimentos	11	1.800	-	Reserva de reavaliação		1.385	1.464
Imobilizado		47.691	52.780	Reservas de lucros		257.725	221.862
Imóveis de uso próprio		18.760	19.578	Ajustes de avaliação patrimonial		(1.657)	(2.262)
Bens móveis		17.170	17.161	Total do passivo e patrimônio líquido		2.176.642	1.920.241
Outras imobilizações		11.761	16.041				
Intangível		-	-				
Outros intangíveis	13	96.812	80.734				
Total do ativo		2.176.642	1.920.241				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em milhares de reais

	Reservas de lucros			Reserva especial para dividendos	Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
	Capital social	de reserva	Reserva de reavaliação				Legal	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	130.939	35.815	1.445	11.185	17.699	145.344	(1.994)	-
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	(268)	(268)
Realização por depreciação	-	-	19	-	-	-	79	98
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	(5.252)	-	-	(5.252)
Ajuste provisão imposto	-	-	-	-	-	-	(62)	(62)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	69.341	69.341
Proposta para destinação do resultado:								
Constituição de reservas								
Reserva legal	-	-	-	3.467	-	-	(3.467)	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	(49.419)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(16.472)	(16.472)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	130.939	35.815	1.464	14.652	12.447	194.763	(2.262)	-
Saldo em 1º de janeiro de 2020	130.939	35.815	1.464	14.652	12.447	194.763	(2.262)	-
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	605	605
Realização por depreciação	-	-	(79)	-	-	-	79	-
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	(8.528)	-	-	(8.528)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	58.139	58.139
Proposta para destinação do resultado:								
Constituição de reservas								
Reserva legal	-	-	-	2.907	-	-	(2.907)	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	(41.484)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(13.827)	(13.827)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	130.939	35.815	1.385	17.559	3.919	236.247	(1.657)	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais, exceto lucro por ação

	Nota	2020	2019
Prêmios emitidos	6(a)	994.721	840.458
Contribuições para cobertura de riscos		515.442	515.908
Variação das provisões técnicas de prêmios		(109.504)	(123.689)
Prêmios ganhos		1.400.659	1.232.677
Sinistros ocorridos	24(a)	(420.669)	(357.901)
Custos de aquisição - Seguros	24(d)	(222.830)	(183.040)
Outras receitas e despesas operacionais - Seguros	24(c)	5.813	(65)
Resultado com operações de resseguro	24(b)	(21.244)	4.810</

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. ("MAG Seguros", "Seguradora" ou "Companhia") é uma sociedade de capital fechado, com sede no Brasil e matriz domiciliada à Travessa Belas Artes, 15 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, que tem como objeto operar seguros de pessoas e planos de previdência privada em todo o território nacional. Aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sua transformação em uma seguradora de vida e previdência foi publicada no Diário Oficial da União em 7 de abril de 2004, através da Portaria do Ministério da Fazenda nº 69. Pela Portaria nº 3.248, de 20 de maio de 2009, a SUSEP aprovou o acordo de *joint venture* entre a Mongeral e a Aegon Brasil Holding Ltda., que passou a participar em 50% do capital da Seguradora. Em 13 de outubro de 2017 foi aprovada pela SUSEP, através da Portaria nº 7.012, a transferência parcial da carteira de seguro de vida e previdência da Mongeral para a Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A. ("Sicoob Seguradora"), publicado no D.O.U. de 17 de outubro de 2017. A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Companhia em 25 de fevereiro de 2021. **1.1. Impactos causados pela COVID-19:** Tendo em vista o aumento da taxa de morte por COVID-19 no início de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) passou a classificar o novo corona vírus como pandemia. Desde então, os governos têm tomado diversas medidas para tentar conter o avanço da pandemia, dentre essas a mais importante é o isolamento social e o fechamento do comércio, que tem causado reflexos significativos na economia. Uma das consequências desse cenário, foi a intensificação pelo Banco Central do processo de diminuição da taxa básica de juros do país, a SELIC, que durante o primeiro semestre de 2020 já foi reduzida quatro vezes, com intuito de estimular o crédito na economia e atingindo o menor patamar da história. Em relação à remuneração dos ativos da Seguradora, temos que os títulos de renda fixa pré-fixados sofreram impacto mais relevante, bem como, os títulos de renda variável, especialmente no primeiro semestre. No segundo semestre houve uma grande recuperação dos mercados fazendo com que as perdas do primeiro semestre fossem revertidas (Ibovespa encerrou o ano ligeiramente positivo com alta de 2,9%). Os ativos de renda fixa pós fixados, indexados ao CDI, tiveram sua remuneração reduzida por conta da queda da Selic. Por isso, é possível verificar queda no resultado financeiro da companhia quando comparado com o ano anterior. Importante mencionar que em função da situação pandêmica que estamos passando e da condição de risco excluído para nossos produtos, a MAG Seguros está indenizando os casos de óbitos relacionados à COVID-19, mas sempre respeitando-se os processos e regras de regulação de sinistros já estabelecidos, mantendo-se o processo de recuperação junto ao ressegurador. Nesse contexto, observamos um aumento na sinistralidade, principalmente no ramo de Vida em Grupo, conforme informações que constam no item 6(a) deste documento. Ademais, a MAG Seguros tem envidado todos os esforços para o enfrentamento da COVID-19, tendo sido criado em março de 2020 um comitê de crise para viabilizar estratégias para o enfrentamento da doença, adaptação das rotinas de trabalho ao novo cenário, preservação da qualidade de atendimento aos clientes, minimização dos riscos para os seus colaboradores e familiares, e também a continuidade dos negócios. De imediato o comitê deliberou sobre a preparação de infraestrutura e sistemas para o acesso remoto, possibilitando o trabalho em *home office* para 100% dos funcionários e suspensão de viagens a negócio dentro e fora do Brasil. Também foi criado um canal de comunicação semanal para conscientização dos colaboradores sobre os cuidados com a higiene e prevenção ao contágio, além da divulgação de conteúdos relevantes sobre o avanço da doença em nosso país e pesquisas de acompanhamento sobre a condição de saúde de funcionários e seus familiares com o acompanhamento e suporte aos infectados. Está em fase de finalização um plano de retorno às atividades presenciais estabelecendo a retomada gradativa das equipes, visando a segurança das pessoas e a redução dos riscos aos negócios. A implantação deste plano só ocorrerá quando a diretoria da Companhia, apoiada pelas diversas fontes de divulgação e acompanhamento da pandemia, entenderem que não há riscos significativos para o retorno de seus colaboradores. Importante ainda ressaltar a solidez e capacidade de adaptação da MAG Seguros ao cenário atual, fatores que vêm contribuindo para que as consequências adversas dessa pandemia gerem o mínimo de impacto possível neste momento de crise. Em decorrência da pandemia relacionada ao COVID-19 alguns tributos foram prorrogados no âmbito Federal, Previdenciário e Trabalhista. Como medida emergencial foram aprovadas as Portarias ME nº 139/2020 (DOU 03/04/2020), alterada pela Portaria ME nº 150/20 (DOU 08/04/2020) e a Portaria ME nº 245/2020 (DOU 17/06/2020) permitindo a postergação dos vencimentos das competências de março, abril e maio relativas tanto a contribuições sociais destinadas ao PIS e a COFINS, como as contribuições devidas ao INSS, parcela empresa, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 as quais foram recolhidas, respectivamente, nos meses de agosto, outubro e novembro de 2020. Além dos benefícios concedidos pelo Governo Federal supracitados a MAG Seguros adotou a postergação que trata Medida Provisória nº 927/2020 (DOU 22/03/2020) referentes aos depósitos do FGTS, de titularidade dos colaboradores, relativos às competências de março, abril e maio os quais a Companhia decidiu quitar integralmente em 07 de julho de 2020.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

(a) Bases de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/2015 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 5. **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Seguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **(a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. **(b) Ativos financeiros:** A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as seguintes categorias: **(i) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do exercício. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título. Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice IBOVESPA são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras". Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações no "mercado futuro" estão alocados em um fundo de investimento especialmente constituído, sendo os mesmos avaliados a mercado. **(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação, tal designação se dará quando a Seguradora tiver a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa desconsiderando a existência desses títulos. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com o vencimento do título; e são avaliados pelo seu valor justo na data da aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos. **(iii) Ativos disponíveis para venda:** A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados em uma das outras duas categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é realizado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **(iv) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidos ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário. **(c) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro:** A Seguradora classifica como contratos de seguros todas as apólices e contratos das modalidades dos ramos de acidentes pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, vida individual, auxílio funeral, perda de certificado de habilitação e seguro de vida do produtor rural. Os prêmios, as contribuições e os custos de aquisição diferidos são registrados quando da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos respectivos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. **(d) Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e a longo prazo (incluindo a estimativa da parcela de sinistros ocorridos e não avisados). Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios cedidos em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos. A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado. Atualmente, não foi verificada a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora. **(e) Provisões técnicas:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP, de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321, de 15 de janeiro de 2015 e Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e suas respectivas alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA): **(i) Seguros:** • Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG) - A provisão de prêmios não ganhos é constituída pelas parcelas de prêmios, correspondente aos períodos de riscos a decorrer, calculado pelo método "pro rata die", de acordo com as normas da SUSEP para os seguros de pessoas. A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos, mas ainda não emitidos e é calculada com base em nota técnica atuarial específica. • Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - A provisão de sinistros a liquidar para seguros de pessoas corresponde à melhor estimativa da Seguradora do valor a ser pago, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação em vigor para os planos de seguros de pessoas. Nesta provisão também são contemplados os valores resultantes de demandas judiciais. • Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) - A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída conforme nota técnica atuarial, com base na experiência histórica entre as datas de ocorrência e de aviso dos sinistros, de acordo com a legislação vigente. Também devem ser considerados nesta provisão os valores estimados pela Seguradora referentes às demandas judiciais. • Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) - A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e é calculada conforme nota técnica atuarial específica. **(ii) Previdência complementar:** As provisões técnicas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente, por e sob responsabilidade de atuarial legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuarial (IBA). • Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBAC) e de Benefícios Concedidos (PMBC) - Representam o valor presente dos benefícios futuros, estimados com base em pressupostos atuariais e taxas de juros quando for o regime financeiro de capitalização ou de repartição de capitais de coberturas quando da concessão da renda. A provisão matemática de benefícios a conceder refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada enquanto que a provisão matemática de benefícios concedidos refere-se àqueles cuja percepção dos benefícios já foi iniciada. As provisões que estão vinculadas aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos (FIE's). Abaixo, segue a composição dos encargos e taxa de carregamento das modalidades de seguros e previdência:

PRO-DUTO	DESCRIÇÃO	TAXA DE JUROS	TAXA DE CARREGAMENTO	TÁBUAS	MODALIDADE
1546	VIDA INTEIRA	0%	30%	CSO 58	SEGUROS
1538	INVALIDEZ	0%	45%	EXPERIÊNCIA PRÓPRIA	SEGUROS
1784	DIT	0%	VARIÁVEL	EXPERIÊNCIA PRÓPRIA	SEGUROS
1780	DOENÇAS GRAVES	0%	60%	EXPERIÊNCIA PRÓPRIA	SEGUROS
1950	VIDA EM GRUPO - TAXA MÉDIA	0%	90%	AT-83M	SEGUROS
2111	PRIVATE SOLUTIONS	2,5% - 3,0%	15%	BR-EMS	SEGUROS
1102	PECÚLIO POR MORTE	0%	30%	CSO-80M	PREVIDÊNCIA
1103	PECÚLIO POR INVALIDEZ	0%	30%	ÁLVARO VINDAS	PREVIDÊNCIA
1589	PECÚLIO POR MORTE	0%	5,53%	CSO-80M	PREVIDÊNCIA
1598	PECÚLIO POR MORTE	0%	30%	AT-83M DESAGRAVADA	PREVIDÊNCIA

• Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG) - É calculada para os planos de morte e invalidez de previdência e seguros de vida individual pelo método "pro rata die", com base nas contribuições e prêmios líquidos emitidos no mês, quando estruturados sob o regime financeiro de repartição e tem por objetivo provisionar a parcela de contribuições e prêmios, correspondente ao período de risco a decorrer, contado a partir da data-base de cálculo. • Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar (PVR) - Aborre os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de contribuições ou prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora receptora. • Provisão de Excedentes Financeiros (PEF) - É constituída para os planos de previdência, seguros de vida individual e seguros de vida com cobertura por sobrevivência que concedem aos participantes garantia mínima de rentabilidade e crédito de parcela dos rendimentos que excedem os juros e/ou à atualização monetária garantidos nos planos, conforme estabelecido em cada contrato. **(f) Custos de aquisição diferidos:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aspectos regulatórios do setor, somente as comissões e certos custos originados de contratos são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices. As despesas de comercialização são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado. Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição diferidos de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo. **(g) Reconhecimento de sinistros, benefícios e despesas:** Os sinistros decorrentes dos ramos de seguros de acidentes pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, vida individual, auxílio funeral, perda de certificado de habilitação e seguro de vida do produtor rural, incluem todos os eventos que ocorrem durante o exercício, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de períodos anteriores. **(h) Imóveis destinados à renda:** Os imóveis destinados à renda (propriedades para investimento) estão avaliados a custo deduzidos da depreciação acumulada. O valor de mercado (nota 10) é determinado apenas para fins de divulgação. **(i) Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem os escritórios de propriedade da Seguradora. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico mais reavaliação, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A Seguradora optou por manter até sua realização, o saldo de reserva de reavaliação de imóveis existente em 1º de janeiro de 2008, conforme permitido pelo CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e, como segue:

Edificações	25 anos
Equipamentos de informática e telecomunicação	5 anos
Sistemas aplicativos	5 anos
Móveis, máquinas e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Aeronave	10 anos

(j) Intangível: O intangível refere-se aos custos com desenvolvimento de sistemas diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia cuja amortização se dará linearmente pelo prazo máximo de dez anos. Encontra-se classificado no Intangível todos os sistemas que estão sendo desenvolvidos pela Companhia. **(k) Recuperabilidade de ativos financeiros:** Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperabilidade do ativo são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos. **(l) Ativos contabilizados ao custo amortizado:** Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço. Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros e contribuições de previdência a receber nesta categoria. A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios e contribuições a receber, para os produtos de vida individual, é constituída com base em estudo técnico que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia. Para os produtos de vida grupal, a provisão é constituída para os itens vencidos acima de 60 dias da data de vencimento do crédito, conforme estabelece a Circular SUSEP nº 517/2015. Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o seu reconhecimento, haverá reversão do valor constituído. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno. **(m) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social das sociedades seguradoras é constituída à alíquota de 15%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida. **(n) Passivos financeiros - financiamentos:** Os passivos originados de financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos e transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo financeiro. Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem parcela substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro. Os bens objeto desses contratos são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. As obrigações decorrentes dos contratos de arrendamento financeiro são apresentadas no passivo e os encargos financeiros são apropriados ao resultado ao longo prazo das operações. **(o) Outros provisões, ativos e passivos contingentes:** Segundo o CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária, é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou "remota". As regras de provisionamento das ações relacionadas a sinistros e benefícios para cada uma das classificações, foram desenvolvidas a partir de estudos estatísticos baseados no histórico de processos administrativos e judiciais da Companhia tendo em vista os resultados favoráveis e desfavoráveis. Esse estudo é atualizado a cada data de balanço. No que se refere às ações de natureza trabalhista, tributária e cível não relacionada a sinistros e benefícios, apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações em curso são contabilizados na rubrica "depósito judiciais e fiscais" no ativo realizável a longo prazo. Os depósitos judiciais de natureza fiscal são atualizados monetariamente com base na variação da taxa do sistema especial de liquidação e custódia (SELIC). Os depósitos de natureza cível e trabalhista são atualizados monetariamente com base no índice da poupança. O valor da atualização é reconhecido na demonstração do resultado do exercício como receita financeira. **(p) Teste de Adequação do Passivo (TAP):** Conforme requerido pelo pronunciamento CPC 11 - Contratos de Seguros, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base. O teste avalia as obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros e planos previdenciários durante o período de vigência das apólices e término de cobertura dos contratos vigentes. Dessa forma, são avaliadas as obrigações decorrentes dos contratos e certificados cuja vigência tenha se iniciado até a data-base do teste, excluindo-se, ainda, os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e os planos com estrutura meramente financeira, durante o prazo de diferimento, que prevejam benefícios exclusivamente sob forma de renda certa. O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados, isto é, se o montante dos valores provisionados deduzido das despesas de comercialização diferidas (DCD) e dos ativos intangíveis relacionais (AIR) é compatível com as estimativas correntes de fluxos de caixas futuros. Caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas. A Seguradora elaborou metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixas futuros, utilizando premissas atuais, realistas e não viesadas, incluindo também as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros. Os cálculos foram realizados pela Companhia brutos e líquidos de resseguro utilizando como premissa de sobrevivência e morte a tábua biométrica BR-EMS e para premissa de invalidez 40% da tábua Álvaro Vindas. Utilizou-se as estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ - TR, IGPM e IPCA) livre de risco definidas pela SUSEP para descontar a valor presente as estimativas correntes dos fluxos de caixas futuros. A taxa de juros contratada para os ativos está adequada com o que foi contratado para os passivos. O teste de adequação de passivos de 31 de dezembro de 2020 indicou que as provisões constituídas nesta data-base, deduzidas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionais, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela estrutura a termo da taxa de juros livre de risco e acrescidos da mais-valia dos ativos garantidores marcados como mantidos até o vencimento, não havendo necessidade de ajuste nas provisões da Seguradora. **(q) Benefícios a empregados - Obrigações de aposentadoria:** A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios a empregados participantes, estruturados nas modalidades de contribuição definida (Plano de Benefícios Mongeral) e contribuição variável (Plano de Benefícios nº 3). Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição variável aquele cujos benefícios programados apresentem a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido. Para a determinação do passivo da Entidade é adotado o método de capitalização financeira. De acordo com o disposto no CPC 33 - Benefícios a empregados, o método adotado para determinação das obrigações a serem reconhecidas no balanço da Patrocinadora é o do Crédito Unitário Projetado. A Companhia faz contribuições para os planos de Benefícios Mongeral e Plano de Benefício nº 3, planos administrados pelo Mongeral Aegon Fundo de Pensão, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. **(r) Reconhecimento de receita:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão das apólices. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição diferidos são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão das respectivas apólices de seguro e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. As receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidas quando ocorre o efetivo recebimento e são constituídas as provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais, passaram a ser registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos são calculados conforme metodologia definida em nota técnica atuarial. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. **(s) Resultado por ação:** Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o resultado por ação para os exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis na data. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Mongeral Aegon não possuía ações preferenciais. Desta forma, não há diferenças no cálculo do lucro por ação básico e diluído, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação. **(t) Registro contábil das operações do Consórcio DPVAT pelas consorciadas:** Com a revogação dos artigos 153 e 154 da Circular SUSEP nº 517/2015, por força da Circular SUSEP nº 595/19, que determinava que as operações decorrentes dos Consórcios DPVAT deveriam ser tratadas como consórcio, a partir de 1º de janeiro de 2020, as consorciadas devem registrar somente os valores a receber referentes a apuração mensal da margem de resultado e o devido recebimento destes, bem como as receitas de prestação de serviços de concessão e regulação de sinistros. A nova forma de registro consiste em uma mudança de política contábil que, segundo o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, deve ser aplicada de forma retrospectiva para fins de comparabilidade das informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras.

Em atendimento à referida Circular, a Seguradora divulga, a seguir, a representação dos balanços patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com as rubricas cujos saldos foram alterados pela aplicação da nova política contábil:

	Nota	Original	Ajuste	Reapresentado	2019
Ativo					
Circulante		1.215.389	(123.564)		1.091.825
Aplicações	7	886.563	(123.472)		763.091
Créditos das operações com seguros e resseguros		86.047	(92)		85.955
Não circulante		828.662	(246)		828.416
Imobilizado		52.907	(127)		52.780
Intangível		80.853	(119)		80.734
Total do ativo		2.044.051	(123.810)		1.920.241
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante		635.780	(113.545)		522.235
Obrigações a pagar		67.541	(246)		67.295
Débitos de operações com seguros e resseguros		21.865	(287)		21.578
Provisões técnicas - seguros	18	301.430	(113.012)		188.418
Não circulante		1.020.453	(10.265)		1.010.188
Provisões técnicas - seguros	18	587.659	(10.265)		577.394
Patrimônio líquido		387.818			387.818
Total do passivo e patrimônio líquido		2.044.051	(123.810)		1.920.241

A seguir, seguem as alterações no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Original	Ajuste	Ajustado	2019
Prêmios ganhos	1.232.677	(14.883)		1.217.794
Sinistros ocorridos	(357.901)	11.500		(346.401)
Custos de aquisição – Seguros	(183.040)	3		(183.037)
Outras receitas e despesas Operacionais – Seguros	(65)	(1.355)		(1.420)
Despesas administrativas	(362.005)	4.400		(357.605)
Despesas com tributos	(43.889)	220		(43.669)
Resultado financeiro	45.765	116		45.881
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(8.135)	(1)		(8.136)
Lucro líquido do exercício	69.341	-		69.341

A Seguradora concluiu pela não reapresentação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 pelo fato de a nova política contábil não ter modificado o lucro líquido e as diferenças de reclassificação entre as rubricas não serem relevantes. Desta forma, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas não estão com as cifras comparativas ajustadas. Os valores líquidos provenientes das operações do Consórcio DPVAT, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, contabilizados com base nas informações recebidas da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A., estão registrados na rubrica de "Outras receitas e despesas operacionais - Seguros" (nota 24(c)) da demonstração do resultado.

4. Normas novas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e/ou pelo "International Accounting Standards Board" (IASB): **IFRS 9/CPC 48** – Instrumentos Financeiros – Inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração de instrumentos financeiros; (b) um modelo único de impairment para instrumentos financeiros que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. O pronunciamento revoga, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, entretanto, para empresas reguladas pela SUSEP, a vigência é aplicável de acordo com as orientações deste regulador. A SUSEP não se manifestou acerca do CPC 48 (IFRS 9) até o presente momento. **IFRS 16/CPC 06 (R2)** – Arrendamentos – Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019. De acordo com a definição do CPC, o contrato de arrendamento é um contrato que transfere ao cliente "locatário" o direito de usar um ativo por um período em troca de uma contraprestação financeira. Pela nova contabilização, todos os bens relevantes arrendados deverão ser tratados como financeiros no balanço. A SUSEP através da circular 615, de 22 de setembro de 2020, aprovou a norma para sua aplicação a partir de 4 janeiro de 2021. Segundo o art. 176, no que não contrariar esta circular, aplicam-se integralmente as disposições e os critérios estabelecidos no pronunciamento CPC 06 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O custo do ativo de direito de uso deve compreender o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ao valor presente. O passivo de arrendamento deve ser mensurado ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que ainda não foram efetuados. De acordo com CPC, o arrendatário deve apresentar despesas de juros sobre o passivo de arrendamento separadamente do encargo de depreciação para o ativo de direito de uso. Os ativos de direito de uso estão relacionados a locação de imóveis para uso da companhia e serão mensurados pelo fluxo de caixa de caixa do passivo de arrendamento descontado a valor presente por indexador existente no contrato considerando a vigência do mesmo. Os contratos de aluguel com prazo indeterminado serão calculados considerando a média por tempo de permanência de contrato. A Seguradora atualizou o estudo sobre a norma e apresenta o total de contratos para reconhecimento a partir de 1º de janeiro de 2021.

	Direito de uso (ativo)	Aluguel a pagar (passivo)	Juros a apropriar (passivo)
Total de contratos	19.862	32.335	(12.473)

IFRS 17 – Contrato de Seguros – Foi postergada para 1º de janeiro de 2023 a efetiva aplicação da norma com aplicação antecipada permitida desde que o IFRS 9 também seja aplicado. A norma reflete a visão de que um contrato de seguro combina características de um instrumento financeiro e de um contrato de serviço. Além disso, muitos contratos de seguros geram fluxos de caixa com variabilidade substancial durante um longo período. De acordo com essa norma, uma entidade retrata a receita pela transferência da cobertura e de outros serviços prometidos a um valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca de serviços. Isto significa que a entidade exclui da receita de seguro quaisquer componentes de investimento e reconhece a receita de seguro em cada período conforme satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos de seguros. O IFRS 17 substitui o IFRS 4, que foi referenciado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC através do CPC 11 – Contratos de Seguros. A Seguradora está analisando os impactos da adoção dessa norma. A SUSEP não se manifestou sobre a adoção desse pronunciamento até o presente momento. **ICPC 22 (IFRIC 23)** – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro – Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração de tributos correntes e tributos diferidos ativos e passivos especificados no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Não foram identificadas incertezas que se reflitam em impactos materiais com a interpretação do ICPC 22.

5. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas pelo menos semestralmente. **(a) Provisões técnicas - Seguros de vida e planos previdenciários com cobertura de risco:** Para contratos de seguro dos ramos de seguros de vida e planos previdenciários com coberturas de risco, estimativas são feitas para o custo final esperado dos sinistros e eventos incorridos e a ocorrer, considerando a parcela dos riscos vigentes ou que ainda não tenham sido extintos. No caso de sinistros e eventos já ocorridos, estima-se as parcelas de sinistros avisados e pendentes de liquidação (PSL) e de sinistros ocorridos mas ainda não avisados (IBNR) na data do balanço. O custo final de sinistros e eventos ocorridos é estimado utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off*, conforme definido em nota técnica atuarial. A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que a experiência passada sobre sinistros e eventos da Companhia pode ser utilizada para projetar sinistros e eventos futuros e, assim, os custos finais dos sinistros e eventos. Desta forma, esses métodos extrapolam o comportamento de sinistros incorridos e avisados, custos médios por sinistro e número de sinistros com base no comportamento observado nos exercícios anteriores, quando aplicável, e índices esperados de perdas. O comportamento histórico de sinistros e eventos é analisado tipicamente com base nos anos das ocorrências, podendo ser analisado em maiores detalhes por principal linha de negócio e tipo de sinistro e evento. As premissas utilizadas são aquelas implícitas nos dados sobre comportamento histórico de sinistros e eventos nos quais as projeções se baseiam, não sendo consideradas premissas sobre taxas futuras de inflação para sinistros e eventos ou de taxas de perdas. Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação aos sinistros e eventos, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros e eventos, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar sinistros e eventos) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros e eventos considerados remotos, possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas. Outra estimativa utilizada refere-se ao percentual de RVNE utilizado para o complemento das Provisões de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para os planos de seguros e previdência. Este percentual é estimado considerando a relação entre a média dos prêmios não ganhos em atrasos observados e os prêmios comerciais retidos no mês de competência. **(b) Custos de aquisição diferidos:** Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/15, a Seguradora recalculou a estimativa do prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo. **(c) Avaliação da obrigação por benefícios a empregados:** Os custos relativos aos planos patrocinados do Mongeral Aegon Fundo de Pensão são determinados anualmente pela avaliação atuarial, elaborado pelo atuariário responsável pelos planos de benefícios. A avaliação atuarial utiliza premissas sobre taxas de juros, inflação, crescimento salarial, taxas de mortalidade e de invalidez (nota 3(q)). **(d) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguros e resseguros:** Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cosseguros e resseguros. A Companhia constituiu provisão de valores recuperáveis para a operação de seguros. Em relação a resseguros, não houve indícios que os valores a receber não seriam recuperados. **(e) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível:** A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. **(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa semestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **(g) Tributos diferidos:** O imposto de renda é a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **(h) Provisões para contingências:** A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos, envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

6. Gestão de risco de seguro e risco financeiro

(a) Gestão de risco de seguro: O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que sinistros e pagamentos efetivos de benefícios a sua época não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, gravidade dos sinistros, benefícios efetivamente pagos e histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos. A exposição de risco acima é reduzida por meio da diversificação em uma carteira de contratos de seguros, por meio da seleção criteriosa e implementação de diretrizes sobre a estratégia de subscrição, bem como o uso de contratos de resseguro firmados junto a resseguradores locais (IRB Brasil Resseguros S.A., Scor Brasil Resseguros S.A. e Swiss Re Brasil Resseguros S.A.) e resseguradores admitidos (Scor Global Life Americas Reinsurance Company, Hannover Rück SE e RGA Global Reinsurance Company LTDA). A Companhia adquire resseguro somente com resseguradores locais e admitidos, solventes, comprovadamente, através das agências de classificação de risco listadas pela SUSEP e ainda atendendo ao índice mínimo de risco requerido em conformidade com as leis do país como parte do seu programa de redução de riscos. Atualmente possui cobertura de resseguro para a grande maioria das coberturas de sua carteira, cada qual com sua particularidade/regra de acordo com a necessidade (coberturas em que não possui relativa experiência) e/ou linha de negócio. O resseguro cedido é colocado em bases proporcionais e não proporcionais. Valores a recuperar junto às resseguradoras estão provisionados em linha com a provisão de sinistros a liquidar, e de acordo com os contratos de resseguro vigentes à época de cada evento. Apesar da Companhia apresentar contratos de resseguro, não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores de apólices, existindo assim uma exposição de crédito em relação ao risco cedido, na extensão em que cada resseguradora não possa satisfazer suas obrigações assumidas por força dos contratos de resseguro. Dos riscos cedidos em resseguro, mais de 70% destinam-se aos resseguradores locais e os demais distribuídos entre os resseguradores admitidos.

RESSEGURADORES POR CATEGORIA DE RISCO			
Nome Ressegurador	Tipo de Atuação	Agência Classificadora	Classificação de Risco
3162-3 - IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.	Local	A. M. Best Company	A-
3155-1 - SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.	Local	Standard & Poor's	AA-
3827-0 - SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S.A.	Local	Moody's	Baa3
4149-1 - HANNOVER RÜCK SE	Admitida	A. M. Best Company	A+
4149-1 - HANNOVER RÜCK SE	Admitida	Standard & Poor's/FITCH	AA-
4466-1 - SCOR GLOBAL LIFE AMERICAS REINSURANCE COMPANY	Admitida	A. M. Best Company	A+
4466-1 - SCOR GLOBAL LIFE AMERICAS REINSURANCE COMPANY	Admitida	Standard & Poor's/FITCH	AA-
4817-8 - RGA GLOBAL REINSURANCE COMPANY LTDA.	Admitida	Standard & Poor's	AA-

Entre os produtos de seguros e previdência atualmente comercializados, destacam-se os produtos de risco da linha "Vida Toda" temporários de 5 a 20 anos, produtos com cobertura vitalícia, estruturados nos regimes financeiros de capitalização, repartição simples e de capitais de cobertura, pagos de forma única e sob a forma de renda. Existem ainda produtos voltados para a terceira idade e para policiais com taxas ajustadas aos perfis de risco, coberturas para funeral e serviços diversos. Para a gestão dos riscos de seguros, a Seguradora revisa suas políticas de subscrição pelo menos uma vez ao ano. Em geral, elas são divididas em políticas de riscos individuais, riscos coletivos e produtos instituídos, havendo desdobramentos especiais para parcerias estratégicas. As políticas são elaboradas e revistas pela Diretoria Técnica através do acompanhamento sistemático do resultado dos produtos, nichos e carteiras. Há limites diferenciados de capital segurado por cobertura, região, ramo, idade e profissão. Estes documentos são aprovados pela diretoria executiva e pela presidência da Seguradora. Visando a melhor diversificação possível, a Seguradora tem aumentado suas opções de produtos e coberturas, a fim de explorar novos nichos e aumentar sua competitividade e penetração em todo o território nacional. Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho são:

Ramo	2020			2019		
	Prêmios Emitidos Líquidos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissio-namento	Prêmios Emitidos Líquidos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissio-namento
Acidentes pessoais coletivos	101.830	16%	20%	84.882	21%	18%
Acidentes pessoais individuais	37.443	14%	20%	31.273	10%	18%
Auxílio funeral	28.081	12%	20%	22.836	9%	18%
Doenças graves ou doença terminal	61.157	16%	20%	41.589	15%	18%
DPVAT (nota 3(t))	-	-	-	15.916	72%	-
Perda de certificado de habilitação de voo	2.913	40%	20%	3.638	197%	18%
Dotal misto	20.461	0%	20%	26.546	0%	18%
Prestamista	67.192	41%	20%	30.360	23%	18%
Renda de eventos aleatórios	164.370	21%	20%	149.446	25%	18%
Vida em grupo	112.732	75%	20%	89.625	60%	18%
Vida individual	398.542	15%	20%	344.347	15%	18%
	994.721			840.458		

O índice de comissionamento foi calculado a partir do comissionamento médio real pago pela Seguradora. Com relação a alguns riscos corridos pela Seguradora, há o risco de conversibilidade. Apesar da experiência de baixa conversibilidade em renda acompanhar a média do mercado, é possível que em um médio prazo esta taxa possa aumentar. A Seguradora qualifica este risco como muito baixo, tendo em vista a carteira de produtos existente. Espera-se o mesmo impacto com relação à taxa de juros, tendo em vista o nível estimado para o longo prazo para cada um dos indexadores financeiros e a utilização de percentuais mais baixos já adotados por esta Seguradora em seus produtos. A expectativa de aumento da longevidade é fato indiscutível no mundo inteiro. Por isto, a Seguradora acompanha o movimento mundial incrementando também a sua expectativa de longevidade, diminuindo assim sua exposição a este risco. A inflação é um risco bastante mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Acompanham-se sistematicamente os impactos gerados nos excedentes financeiros dos contratos de seguros. Porém, como poucos são os planos que o preveem e dado o baixo nível de conversibilidade, este é considerado como de baixo impacto. As potenciais exposições e/ou concentrações de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais, observadas a localidade e linha de negócios. Estes apontam as ações corretivas a serem aplicadas na região e/ou linha de negócio, quando necessárias. O quadro abaixo exhibe a concentração do risco, na região e no ramo de seguro, baseados no prêmio bruto e líquido de resseguro.

Ramos	Distribuição de prêmio bruto de resseguro					Total Geral
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Acidentes pessoais coletivos	5.666	7.820	2.334	72.754	13.256	101.830
Acidentes pessoais individuais	4.112	3.521	683	23.150	5.977	37.443
Auxílio funeral	1.829	1.664	347	20.862	3.379	28.081
Doenças graves ou doença terminal	6.324	6.856	2.800	37.628	7.549	61.157
Perda de certificado de habilitação de voo	81	28	9	2.735	60	2.913
Dotal misto	1.778	2.978	378	9.890	5.437	20.461
Prestamista	-	220	-	59.807	7.165	67.192
Renda de eventos aleatórios	14.399	35.013	8.618	76.289	30.051	164.370
Vida em grupo	4.471	4.136	1.240	85.627	17.258	112.732
Vida individual	38.074	32.602	6.395	268.732	52.739	398.542
Total	76.734	94.836	22.804	657.474	142.871	994.721

Ramos	Distribuição de prêmio líquido de resseguro					Total Geral
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Acidentes pessoais coletivos	5.461	7.537	2.250	70.119	12.776	98.143
Acidentes pessoais Individuais	3.734	3.198	620	21.022	5.427	34.001
Auxílio funeral	1.829	1.663	347	20.850	3.378	28.067
Doenças graves ou doença terminal	5.033	5.456	2.229	29.946	6.008	48.672
Perda de certificado de habilitação de voo	69	24	7	2.355	52	2.507
Dotal misto	1.778	2.978	377	9.888	5.436	20.457
Prestamista	-	212	-	57.515	6.890	64.617
Renda de eventos aleatórios	11.584	28.168	6.933	61.375	24.177	132.237
Vida em grupo	3.984	3.686	1.105	76.300	15.378	100.453
Vida individual	37.235	31.883	6.254	262.809	51.576	389.757
Total	70.707	84.805	20.122	612.179	131.098	918.911

Ramos	Distribuição de prêmio bruto de resseguro					Total Geral
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Acidentes pessoais coletivos	4.359	7.481	2.356	60.617	10.069	84.882
Acidentes pessoais Individuais	3.256	2.843	581	20.123	4.470	31.273
Auxílio funeral	1.240	1.412	279	17.367	2.538	22.836
Doenças graves ou doença terminal	3.777	4.687	2.079	26.804	4.242	41.589
DPVAT (nota 3(t))	1.547	3.187	1.031	7.550	2.601	15.916
Perda de Certificado de habilitação de voo	69	30	10	3.474	55	3.638
Dotal misto	2.484	3.723	486	13.026	6.827	26.546
Prestamista	5	(312)	-	28.364	2.303	30.360
Renda de eventos aleatórios	12.412	31.356	8.305	74.048	23.325	149.446
Vida em grupo	3.415	3.771	1.056	66.947	14.436	89.625
Vida individual	34.357	25.897	5.937	230.913	47.243	344.347
Total	66.921	84.075	22.120	549.233	118.109	840.458

Ramos	Distribuição de prêmio líquido de resseguro					Total Geral
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Acidentes pessoais coletivos	4.256	7.304	2.300	59.185	9.831	82.876
Acidentes pessoais Individuais	3.020	2.637	539	18.665	4.147	29.008
Auxílio funeral	1.240	1.412	279	17.368	2.538	22.837
Doenças graves ou doença terminal	3.128	3.882	1.722	22.199	3.513	34.444
DPVAT (nota 3(t))	1.547	3.187	1.031	7.549	2.601	15.915
Perda de certificado de habilitação de voo	62					

Emissor	Rating	Agência	2020	2019
Banco do Brasil	AA(bra)	Fitch	576	671
Banco Fidis	AAA(bra)	Fitch	770	1.297
Banco GMAC	AAA(bra)	Fitch	1.068	5.110
Banco Industrial	A2.br	Moody's	4.462	7.971
Banco Itaú	Aa1.br	Moody's	2.929	3.740
Banco Mercantil	brBBB+	S&P	500	501
Banco Paraná	AA-(bra)	Fitch	3.315	1.865
Banco RCI Brasil	Aa2.br	Moody's	5.143	12.288
Banco Safra	brAAA	S&P	2.253	4.905
Banco Volkswagen	brAAA	S&P	1.415	1.393
Bancoob	AA-(bra)	Fitch	17.427	14.174
B3	Aaa.br	Moody's	174	-
CCR	AA(bra)	Fitch	-	2.991
Cemig Dist	B2.br	Moody's	-	141
Coelba	brAAA	S&P	-	1.576
CPFL Geração	Aa2.br	Moody's	-	4.874
Dasa	AA+(bra)	Fitch	-	1.912
Direcional	brAAA	S&P	349	-
Ecorodovias	A2.br	Moody's	-	965
Eletropaulo	AAA(bra)	Fitch	1.173	387
Guararapes	A+(bra)	Fitch	1.676	6.902
Grupo Pão de Açúcar	A(bra)	Fitch	129	-
lochpe Maxion	brAAA+	S&P	1.245	6.752
Itausa	A1.br	Moody's	663	1.010
JSL	brAAA+	S&P	-	810
Light	A+(bra)	Fitch	834	-
Localiza	AAA(bra)	Fitch	1.536	3.560
Locamerica	AA+(bra)	Fitch	59	283
Lojas Americanas	AAA(bra)	Fitch	750	6.888
Minerva	AA(bra)	Fitch	1.717	3.000
Movida	AA-(bra)	Fitch	2.288	6.247
MRS	AAA(bra)	Fitch	44	4.654
MRV	AA-(bra)	Fitch	1.141	1.666
Multiplan	AAA(bra)	Fitch	-	3.937
Natura	AA-(bra)	Fitch	2.084	5.250
NCF Participações	AA+(bra)	Fitch	214	-
Petrobras	AA(bra)	Fitch	272	4.853
Raia Drogasil	AAA(bra)	Fitch	700	5.361
RGE - CPFL	AAA(bra)	Fitch	-	1.343
Saber	AA+(bra)	Fitch	1.071	5.148
Sabesp	AA(bra)	Fitch	1.811	6.933
Sanepar	AA(bra)	Fitch	1.042	426
Sicoob	AA-(bra)	Fitch	-	3.080
Simpar	AA-(bra)	Fitch	1.047	-
Somos Educação	AA-(bra)	Fitch	-	286
Sonae Sierra Brasil	AA+(bra)	Fitch	-	684
Trans Aliança	A+(bra)	Fitch	-	44
Unidas	AA+(bra)	Fitch	2.084	5.326
			<u>168.852</u>	<u>207.923</u>

(d) Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos. Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Alinhada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis. A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus investimentos priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros tendo como base suas obrigações com as contrapartes. As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos divididos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa.

	Seguros			Previdência			2020
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	
Ativo							
Caixa e bancos	463	-	463	261	-	261	724
Aplicações	566.938	403.993	970.931	318.902	227.246	546.148	1.517.079
Créditos das operações com seguros e resseguros	109.060	-	109.060	-	-	-	109.060
Créditos das operações com previdência complementar	-	-	-	79.969	-	79.969	79.969
Ativos de resseguros - provisões técnicas	38.245	15.042	53.287	32.940	4.522	37.462	90.749
Títulos e créditos a receber	10.190	22.039	32.229	5.732	12.397	18.129	50.358
Outros valores e bens	1.341	3.640	4.981	755	2.048	2.803	7.784
Empréstimos e depósitos compulsórios	975	326	1.301	548	184	732	2.033
Total ativo	727.212	445.040	1.172.252	439.107	246.397	685.504	1.857.756
Passivo							
Contas a pagar	116.892	8.621	125.513	65.752	4.849	70.601	196.114
Débitos das operações com seguros e resseguros	29.182	-	29.182	-	-	-	29.182
Débitos das operações com previdência complementar	-	-	-	41.867	17.324	59.191	59.191
Depósitos de terceiros	4.887	-	4.887	6.076	-	6.076	10.963
Provisões técnicas - seguros	207.528	693.316	900.844	-	-	-	900.844
Provisões técnicas - previdência	-	-	-	112.282	405.189	517.471	517.471
Total passivo	358.489	701.937	1.060.426	225.977	427.362	653.339	1.713.765

	Seguros			Previdência			2019
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	
Ativo							
Caixa e bancos	645	-	645	412	-	412	1.057
Aplicações	465.486	319.139	784.625	297.606	204.040	501.646	1.286.271
Créditos das operações com seguros e resseguros	85.955	-	85.955	-	-	-	85.955
Créditos das operações com previdência complementar	-	-	-	95.350	-	95.350	95.350
Ativos de resseguros - provisões técnicas	35.000	12.544	47.544	35.259	3.127	38.386	85.930
Títulos e créditos a receber	13.355	20.012	33.367	8.538	12.795	21.333	54.700
Outros valores e bens	1.383	-	1.383	884	-	884	2.267
Empréstimos e depósitos compulsórios	905	283	1.188	578	180	758	1.946
Total ativo	602.729	351.978	954.707	438.627	220.142	658.769	1.613.476
Passivo							
Contas a pagar	67.643	5.125	72.768	43.404	3.277	46.681	119.449
Débitos das operações com seguros e resseguros	21.578	-	21.578	-	-	-	21.578
Débitos das operações com previdência complementar	-	-	-	44.071	21.331	65.402	65.402
Depósitos de terceiros	18.185	-	18.185	15.908	-	15.908	34.093
Provisões técnicas - seguros	188.018	577.394	765.412	-	-	-	765.412
Provisões técnicas - previdência	-	-	-	123.428	374.262	497.690	497.690
Total passivo	295.424	582.519	877.943	226.811	398.870	625.681	1.503.624

(e) Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo. Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

	2020			2019		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Aplicações financeiras	273.220	527.714	800.934	298.928	423.086	722.014
Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado	270.416	527.714	798.130	296.934	423.086	720.020
Certificados de depósitos bancários	-	90.479	90.479	-	5.840	5.840
Recibo de depósitos bancários	-	17.427	17.427	-	17.253	17.253
Debêntures	52.661	-	52.661	77.756	-	77.756
Letra financeira elegível - Nível II	-	11.856	11.856	-	14.823	14.823
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	-	198.211	198.211	-	197.317	197.317
Quotas de fundos de investimentos multimercado	-	78.073	78.073	-	93.472	93.472
Quotas de fundos de investimentos de renda variável	-	1.184	1.184	-	1.294	1.294
Letras financeiras do tesouro	123.216	-	123.216	57.002	-	57.002
Letras do tesouro nacional	10.248	-	10.248	29.781	-	29.781
Notas do tesouro nacional série - B	84.291	-	84.291	97.588	-	97.588
Notas do tesouro nacional série - F	-	-	-	34.948	-	34.948
Ações de companhias de capital aberto	-	2.913	2.913	-	1.891	1.891
Letras financeiras	-	21.331	21.331	-	24.479	24.479
Letras financeiras subordinadas	-	4.208	4.208	-	1.469	1.469
Letras financeiras subordinadas complementar	-	3.431	3.431	-	2.137	2.137
Oferta Pública de Distribuição	-	238	238	-	13	13
Moeda Real	-	10.689	10.689	-	2.052	2.052
Operações compromissadas	-	84.618	84.618	-	59.114	59.114
Outras aplicações	-	3.318	3.318	-	1.932	1.932
Outros	-	(262)	(262)	(141)	-	(141)
Títulos disponíveis para venda	2.804	-	2.804	1.994	-	1.994
Ações de companhias de capital aberto	2.804	-	2.804	1.994	-	1.994

7. Aplicações financeiras: (a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

	2020						2019	
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 2 a 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado	294.356	89.380	114.742	78.838	180.628	40.186	798.130	798.130
Certificado de depósitos bancários	230	-	84.597	-	-	-	84.827	84.827
Recibo de depósitos bancários	-	-	17.427	-	-	-	17.427	17.427
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	195.069	-	-	-	-	-	195.069	195.069
Quotas de fundos de investimentos multimercado	78.073	-	-	-	-	-	78.073	78.073
Quotas de fundos de investimentos de renda variável	1.184	-	-	-	-	-	1.184	1.184
Letra Financeira Elegível - Nível II	-	-	-	-	-	500	500	500
Quotas de outros fundos de investimento: Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.075	-	1.122	763	2.960	2.960
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	10.248	-	-	10.248	10.248
Notas do Tesouro Nacional série B	-	-	-	-	1.487	768	2.255	2.255
Fundos especialmente constituídos:								
Ações de companhias de capital aberto	2.913	-	-	-	-	-	2.913	2.913
Certificados de depósitos bancários	-	4.646	1.006	-	-	-	5.652	5.652
Operação compromissada	-	34.883	-	-	-	-	34.883	34.883
Cotas de fundos de investimentos	3.142	-	-	-	-	-	3.142	3.142
Debêntures	-	-	4.044	14.600	29.152	4.865	52.661	52.661
Letras Financeiras	-	-	6.226	6.325	8.780	-	21.331	21.331
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	4.208	-	-	4.208	4.208
Letras Financeiras Subordinadas complementar	-	-	-	-	3.431	-	3.431	3.431

	2020						2019	
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 2 a 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado
Letra Financeira Elegível - Nível II	-	-	-	2.646	5.041	3.669	11.356	11.356
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	21.419	98.837	-	120.256	120.256
Notas do Tesouro Nacional série B	-	-	330	19.307	32.778	29.621	82.036	82.036
Oferta Pública de Distribuição	-	115	37	85	-	-	237	237
Moeda Real	10.689	-	-	-	-	-	10.689	10.689
Operação compromissada	-	49.736	-	-	-	-	49.736	49.736
Outros (Contas a Pagar)	(262)	-	-	-	-	-	(262)	(262)
Outras aplicações	3.318	-	-	-	-	-	3.318	3.318
Títulos disponíveis para venda	2.804	-	-	-	-	-	2.804	2.804
Ações de companhias de capital aberto	2.804	-	-	-	-	-	2.804	2.804
Quotas de outros fundos de investimento: Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	15.614	17.842	-	33.456	33.437
Notas do Tesouro Nacional série B	-	-	18.271	45.049	56.366	393.971	513.657	566.929
Notas do Tesouro Nacional série F	-	-	-	-	10.180	-	10.180	10.586
Notas do Tesouro Nacional série C	-	-	10.762	-	-	148.090	158.852	199.137
Total geral	297.160	89.380	143.775	139.501	265.016	582.247	1.517.079	1.611.023

(Reapresentado)

	2019						2020	
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 2 a 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado	298.890	59.128	27.822	1.471	332.238	471	720.020	720.020
Certificado de depósitos bancários	1.074	-	-	-	-	-	1.074	1,074
Recibo de depósitos bancários	-	-	-	-	17.253	-	17.253	17,253
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	180.482	-	-	-	-	-	180.482	180,482
Quotas de fundos de investimentos multimercado	93.472	-	-	-	-	-	93.472	93,472
Quotas de fundos de investimentos de renda variável	1.294	-	-	-	-	-	1,294	1,294
Letra Financeira Elegível - Nível II	-	-	-	-	501	-	501	501
Quotas de outros fundos de investimento: Letras Financeiras do Tesouro	-	-	27.822	1.047	-	471	1,518	1,518
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	27,822	27,822
Notas do Tesouro Nacional série B	-	-	-	424	14.937	-	15,361	15,361
Operação compromissada	-	-	-	-	-	-	-	-

A movimentação da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de prêmios a receber de segurados, está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019		(21.716)
Constituições		(54.194)
Valores revertidos ou baixados		57.044
Saldo em 31 de dezembro de 2020		(18.866)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(25.663)
Constituições		(44.629)
Valores revertidos ou baixados		48.576
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(21.716)

(b) Valores a receber previdência complementar

Composição dos créditos das operações com previdência complementar	2020	2019
Valores a receber - emitidos	84.104	84.945
Valores a receber - não emitidos	691	13.580
Total	84.795	98.525

Redução ao valor recuperável:		
(-) Redução ao valor recuperável	(19.832)	(15.376)
Total	64.963	83.149

Aging de valores a receber

A vencer	2020	2019
De 1 a 60 dias	51.652	42.592
De 61 a 120 dias	8.289	7.123
De 121 a 180 dias	2	-
De 181 a 365 dias	-	1
Superior a 365 dias	-	-
Vencidos	24.161	35.229
De 1 a 60 dias	8.708	21.046
De 61 a 120 dias	4.390	9.469
De 121 a 180 dias	2.449	2.835
De 181 a 365 dias	4.005	1.665
Superior a 365 dias	4.609	214
Prêmios pendentes no final do exercício	84.104	84.945

A movimentação da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de valores a receber de previdência complementar, está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019		(15.376)
Constituições		(52.542)
Valores revertidos ou baixados		48.086
Saldo em 31 de dezembro de 2020		(19.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(13.164)
Constituições		(64.963)
Valores revertidos ou baixados		62.751
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(15.376)

(c) Operações com resseguradoras

Comissão	6.065	1.667
Custos	3.079	4.323
Pro Labore	4.867	2.348
Sinistros	19.666	13.501
Crédito das operações seguros	33.677	21.839
Pro Labore	4.993	2.791
Sinistros	8.039	7.436
Crédito das operações previdência	13.032	10.227

O critério para constituição para créditos de liquidação duvidosa também leva em consideração as perdas históricas calculadas pelo montante de arrecadações em relação ao montante de emissões nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2020, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão de valor recuperável adicional considerando o histórico de recebimentos da operação de resseguro.

10. Imóveis destinados a renda

Em 31 de dezembro de 2020, o imóvel da Companhia destinado à renda está apresentado a seguir:

	Custo	Reavaliação	Total	Valor de mercado
Terrenos destinados à renda				
Residencial Farol de Santa Marta	16.590	265	16.855	25.510

Os valores de mercado dos imóveis destinados à renda (propriedades para investimento) são determinados anualmente somente para fins de divulgação conforme requerido pelo CPC 28 – Propriedade para investimento.

11. Participações societárias

(a) Movimentação dos investimentos

Posição Inicial	2020	2019
Lucro por equivalência Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A.	34.841	25.826
Aumento (Diminuição) de participação na Seguradora Líder - DPVAT	11.215	10.207
Dividendos recebidos	120	(163)
Posição final	41.176	34.841

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de participação societária é composto por Sicoob Seguradora no valor de R\$ 40.750 (R\$ 34.535 em 31 de dezembro de 2019), e Seguradora Líder - DPVAT no valor de R\$ 426 (R\$ 306 em 31 de dezembro de 2019). Em Assembleia geral ordinária da Sicoob Seguradora, realizada em 24 de março de 2020, foi deliberado o pagamento de dividendos aos acionistas. Logo, a Companhia recebeu o valor de R\$ 5.000 em março de 2020. Em 9 de dezembro de 2020, a Companhia depositou no Banco do Brasil o valor de R\$1.800 a título de adiantamento para constituição da nova seguradora SimpleZu Seguros S.A., em conformidade com a autorização da SUSEP. A Companhia funcionará no âmbito do Sandbox Regulatório, tendo por objeto social a prática de operações de seguro de vida e previdência e de ramos elementares.

(b) Participação societária					2020
Nome	País	Negócio	Relacionamento	Participação	Nº de ações
Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A.	Brasil	Seguros e Previdência	Controlada em conjunto	50%	20.000
Seguradora Líder Administradora de Seguros DPVAT	Brasil	Seguros	Coligada	2%	390

Nome	País	Negócio	Relacionamento	Participação	Nº de ações
Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A.	Brasil	Seguros e Previdência	Controlada em conjunto	50%	20.000
Seguradora Líder Administradora de Seguros DPVAT	Brasil	Seguros	Coligada	1%	272

A Sicoob Seguradora é uma sociedade de capital fechado, cujo controle é exercido de forma compartilhada pela Companhia e pelo BANCOOB Participações em Seguridade S.A. ("BANCOOB"), cada qual detendo 50% do capital constituído. A participação nos lucros e a distribuição de dividendos aos acionistas são realizadas de forma desproporcional à participação acionária (20% Companhia e 80% BANCOOB), pois leva em consideração a expectativa da remuneração do capital aportado e quantidade de ações preferenciais detidas pelo BANCOOB. Concluída a remuneração do capital aportado, as ações preferenciais serão convertidas em ações ordinárias e a participação nos lucros e a distribuição de dividendos passarão a ser proporcionais à participação de cada acionista no capital social (50% Companhia e 50% BANCOOB). A Sicoob Seguradora cujo patrimônio líquido é de R\$ 130.432, auferiu um resultado de R\$ 56.073 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que corresponde a um resultado de equivalência patrimonial de R\$ 11.215 para a Mongeral.

12. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	2019 (Reapresentado)	Aquisições	Baixas	Depreciações	2020
Terreno para uso próprio		777	-	-	-	777
Edificações	4%	18.801	274	(1.092)	(1.092)	17.983
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	8.386	4.391	(17)	(3.498)	9.262
Móveis, máquinas e utensílios	10%	8.520	480	(33)	(1.537)	7.430
Veículos	20%	255	350	-	(127)	478
Outras imobilizações	10%	16.041	1.261	(3.002)	(2.539)	11.761
Total		52.780	6.756	(3.052)	(8.793)	47.691

	Taxa anual de depreciação	2018 (Reapresentado)	Aquisições	Baixas	Depreciações	2019 (Reapresentado)
Terreno para uso próprio		777	-	-	-	777
Edificações	4%	19.592	296	(1.087)	(1.087)	18.801
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	8.167	4.096	(35)	(3.842)	8.386
Móveis, máquinas e utensílios	10%	8.423	1.550	(1)	(1.452)	8.520
Veículos	20%	330	22	-	(97)	255
Outras imobilizações	10%	16.362	2.072	-	(2.393)	16.041
Total		53.651	8.036	(36)	(8.871)	52.780

13. Intangível

	2019 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Amortizações	2020
Desenvolvimento de software	80.677	43.184	-	(27.106)	96.755
Marcas e patentes	57	-	-	-	57
Total	80.734	43.184	-	(27.106)	96.812
	2018 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Amortizações	2019 (Reapresentado)
Desenvolvimento de software	76.772	31.592	(8.055)	(19.632)	80.677
Marcas e patentes	57	-	-	-	57
Total	76.829	31.592	(8.055)	(19.632)	80.734

14. Obrigações a pagar

	2020 (Reapresentado)	2019
Circulante		
Fornecedores	11.199	16.701
Participação nos lucros a pagar	28.066	29.563
Dividendos a pagar	13.828	16.472
Outras obrigações a pagar	2.212	4.559
	55.305	67.295
Não circulante		
Outras obrigações a pagar	1.086	600
	1.086	600
Total	56.391	67.895

15. Débitos de operações com previdência complementar

(a) Operações de Resseguros: Em 2 de fevereiro de 2016, a Companhia firmou contrato de resseguro financeiro com o IRB – Brasil Resseguros S.A. pelo prazo de 10 anos, recebendo antecipadamente a título de comissão de resseguro o montante de R\$ 40.000, que é amortizado conforme performance do contrato. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo remanescente dessa operação para amortização é de R\$ 21.331 (em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 25.257).

	2020	2019
Prêmio RVNE	Prêmio Cedido	Prêmios a Liquidar
Resseguro Tradicional		
Local	13	9.328
Admitida	5	3.918
Resseguro Financeiro		
Local	-	1.755
	18	15.001
		2.641
		(115)
		(1.758)
		21.331
		25.727
		53.018
		35.694
		17.324
		2019
Prêmio RVNE	Prêmio Cedido	Prêmios a Liquidar
Resseguro Tradicional		
Local	2.095	9.481
Admitida	698	3.536
Resseguro Financeiro		
Local	484	2.367
	3.277	15.384
		4.027
		-
		-
		25.257
		32.135
		59.048
		37.717
		21.331

Circulante

Não circulante

Total

Total

Total

Total

16. Depósito de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios e contribuições, pendentes de identificação, pagos pelos segurados e participantes.

(a) Composição

Valores a classificar

Outros depósitos

	2020	2019
Valores a classificar	3.327	4.282
Outros depósitos	7.636	29.811
Total	10.963	34.093

(b) Saldo por tempo de permanência

	2020	2019
1 a 30 dias	2.456	11.675
31 a 60 dias	1.581	5.131
61 a 120 dias	2.406	9.265
121 a 180 dias	2.310	1.631
181 a 365 dias	2.210	4.903
Acima de 1 ano	-	1.488
Total	10.963	34.093

17. Provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos - previdência complementar

(a) Demonstração da movimentação das provisões técnicas

	2019	Consti-tuições	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	2020
Circulante					
Provisão de sinistros a liquidar	53.990	228.035	(227.523)	2.717	57.219
Provisão de prêmios não ganhos	34.369	901.294	(912.697)	-	22.966
Provisão de eventos ocorridos, mas não avisados	27.942	29.739	(30.497)	-	27.184
Provisão de resgates ou valores a regularizar	4.376	26.327	(27.685)	-	3.018
Provisão de despesas relacionadas	2.751	2.106	(2.962)	-	1.895
Total	123.428	1.187.501	(1.201.364)	2.717	112.282

Não circulante

	2019	Consti-tuições	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	2020
Provisão matemática de benefícios concedidos	131.891	18.114	(11.858)	20.070	158.217
Provisão matemática de benefícios a conceder	239.969	33.101	(37.155)	7.519	243.434
Provisão de excedente financeiro	4	-	(4)	-	-
Provisão de riscos não expirados	4	2	(1)	-	5
Provisão de despesas relacionadas	2.394	1.629	(490)	-	3.533
Total	374.262	52.846	(49.508)	27.589	405.189

Circulante

	2018	Consti-tuições	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	2019
Provisão de sinistros a liquidar	37.089	1.275.118	(1.258.231)	14	53.990
Provisão de prêmios não ganhos	22.529	808.899	(797.059)	-	34.369
Provisão de eventos ocorridos, mas não avisados	23.954	89.918	(85.930)	-	27.942
Provisão de resgates ou valores a regularizar	3.881	42.162	(41.667)	-	4.376
Provisão de despesas relacionadas	1.807	2.955	(2.011)	-	2.751
Total	89.260	2.219.052	(2.184.898)	14	123.428

Não circulante

	2018	Consti-tuições	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	2019
Provisão matemática de benefícios concedidos	114.717	170.553	(153.379)	-	131.891
Provisão matemática de benefícios a conceder	238.613	64.818	(78.392)	14.930	239.969
Provisão de excedente financeiro	7	-	(3)	-	4
Provisão de riscos não expirados	1	5	(2)	-	4
Provisão de despesas relacionadas	2.366	67	(39)	-	2.394
Total	355.704	235.443	(231.815)	14.930	374.262

(b) Demonstração da movimentação dos custos de aquisição diferidos

Saldo no início do exercício

Constituições

(b) Resultado com operações de resseguro

	2020	2019
Repasse de prêmios	(157.097)	(117.043)
Recuperação de sinistros	135.853	121.853
	(21.244)	4.810

(c) Outras receitas e despesas operacionais – seguros

	2020	2019
Receita com emissão de apólice DPVAT	-	4.384
Despesas com cobrança	(8)	(2.703)
Consórcio DPVAT	1.615	684
Provisão para risco de créditos duvidosos	2.850	3.947
Outros custos operacionais resseguro	3.789	3.177
Outras	(2.433)	(9.554)
	5.813	(65)

(d) Custos de aquisição - previdência e seguros

	2020	2019
Despesas de corretagem e agenciamento	(236.117)	(196.608)
Despesas de custeamento de vendas	(23.599)	(20.897)
Despesas com serviços técnicos	(1.523)	(2.182)
Consultoria comercial	(73.112)	(57.867)
Campanha de venda	(25.313)	(7.985)
Marketing	(45.295)	(43.182)
Transporte de malotes	(1.507)	(2.512)
Treinamento e desenvolvimento	(4.502)	(4.965)
Outras	(2.869)	(4.729)
	(413.837)	(340.927)
Seguros	(222.830)	(183.040)
Previdência	(191.007)	(157.887)

(e) Outras receitas e despesas operacionais – previdência

	2020	2019
Receita com Serviço funeral	1.960	2.008
Receitas c/serviços de distribuição	325	936
Processos judiciais	(2.276)	(872)
Despesa com Serviço funeral	(12.547)	(13.571)
Serviços assistências	1.956	1.945
Taxa de administração	(2.985)	(3.190)
Provisão para riscos sobre valores a receber	(4.455)	(2.212)
Parceria comercial	-	(1.718)
Outras	8.038	2.135
	(9.984)	(14.539)

(f) Despesas administrativas

	2020	2019
Pessoal próprio	(228.033)	(210.465)
Serviços de terceiros	(48.037)	(44.063)
Localização e funcionamento	(87.144)	(82.790)
Publicidade e propaganda	(6.681)	(11.040)
Despesas com donativos e contribuições	(5.766)	(6.424)
Jornais e revistas	(262)	(300)
Publicações	(336)	(352)
Multas	(342)	(104)
Convênio DPVAT (nota 3(t))	-	(3.868)
Outras	(3.230)	(2.599)
	(379.831)	(362.005)

(g) Despesas com tributos

	2020	2019
Impostos	(1.467)	(1.794)
Contribuições		
COFINS	(31.271)	(34.491)
PIS	(5.141)	(5.617)
Taxa de fiscalização	(1.877)	(1.408)
Outras	(222)	(579)
	(39.978)	(43.889)

(h) Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Títulos de renda fixa	1.419	910
Receitas com fundos de investimentos	86.287	104.702
Outras receitas financeiras	4.651	2.831
Despesas financeiras		
Despesas financeiras sobre provisões técnicas	(79.653)	(61.869)
Outras	(2.475)	(809)
	10.229	45.765

(i) Resultado patrimonial

	2020	2019
Equivalência patrimonial(*)	11.215	10.206
Outras	120	(163)
	11.335	10.043

(*) O resultado de equivalência patrimonial é relativo a participação na Sicoob Seguradora.

25. Aposentadorias e Pensões

A Seguradora efetuou contribuições de R\$ 2.833 (R\$ 2.411 em 31 de dezembro de 2019) ao Mongeral Fundo de Pensão. Este plano possui benefícios de Aposentadoria na modalidade de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Seguradora, e de Renda por Invalidez e Pensão por Morte na modalidade de benefício definido, integralmente custeados pela Seguradora, destinados a proporcionar complementação previdenciária. Esses valores estão contabilizados na rubrica "Despesas Administrativas".

Como resultado da avaliação atuarial relativa ao plano de benefício definido, a Seguradora mantém provisão de R\$ 686 (R\$ 386 em 31 de dezembro de 2019), de acordo com os requerimentos do CPC 33, registrada na rubrica "Obrigações a Pagar".

26. Transações com Partes Relacionadas

A Administração identificou, como partes relacionadas à Companhia, operações com as empresas Mongeral Aegon Investimentos, Mongeral Aegon Administração de Benefícios Ltda., Longevity Services Consultoria e Serviços Ltda., Mongeral Aegon Holding Ltda., Winsocial Administradora de Benefícios Ltda., MAG Pagamentos Ltda. e Instituto de Longevidade Mongeral Aegon. A Companhia efetuou pagamentos para Mongeral Aegon Administração de Benefícios Ltda. referente ao Contrato de Distribuição de Produtos e agenciamento que totalizaram R\$ 139 (31 de dezembro de 2019 – R\$644) e pagamentos referente ao Contrato de Prestação de Serviço de Consultoria e Assessoria Técnica totalizando R\$ 2.260 (31 de dezembro de 2019 – R\$3.654). A Companhia efetuou também pagamentos para a MAG Pagamentos Ltda. referente ao serviço de desenvolvimento de sistema que totalizaram R\$ 443 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 242), para Winsocial Administradora de Benefícios Ltda. referente a serviços prestados de desenvolvimento de software que totalizaram R\$ 4.058 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 3.104) e para o Instituto de Longevidade Mongeral Aegon referente a doações que totalizaram R\$ 2.446 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 2.775). A Seguradora teve o recebimento de R\$ 30 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 26) relativo a operação de seguro dos funcionários Mongeral Aegon Investimentos Ltda., Mongeral Aegon Administração de Benefícios Ltda., Longevity Services Consultoria e Serviços Ltda. e MAG Pagamentos Ltda. A despesa incorrida até a data de 31 de dezembro de 2020 com a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$ 24.801 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 21.549). A seguradora tem o saldo de Títulos e créditos a receber do Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A. no valor de R\$ 832 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 619).

DIRETORIA

Helder Molina Diretor-Presidente	Osmar Navarini Diretor	Marcelo da Motta Abreu Contador - CRC RJ 096032/O6
José Carlos Gomes Mota Diretor	Luiz Claudio do Amaral Friedheim Diretor	Nelson Emiliano Costa Atuário - MIBA Registro 1068
Nuno Pedro Correia David Diretor	Raphael de Almeida Barreto Diretor	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros titulares Nilton Molina (Presidente) Marijn Paul Smit (Vice-Presidente) Fernando Rodrigues Mota Heider Molina Angelo O. Ojeda Dennis Patrick Gallagher	Membros suplentes Sara Molina Ronald De Leeuw
---	--

PARECER DOS AUDITORES ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$484.079 mil (em 30 de junho de 2020) e R\$553.249 mil (em 31 de dezembro de 2020), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e pela retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e da solvência, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores atuariais independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$484.079 mil (em 30 de junho de 2020) e R\$553.249 mil (em 31 de dezembro de 2020), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes nem para apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$484.079 mil (em 30 de junho de 2020) e R\$553.249 mil (em 31 de dezembro de 2020), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, anteriormente referidas, em 31 de dezembro de 2020, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021

 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03 - CIBA 45

 João Batista da Costa Pinto
MIBA 944

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

O Comitê de Auditoria da MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A. ("MONGERAL AEGON") é órgão estatutário, instituído pela Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária de 31 de março de 2017 e no âmbito de suas atribuições, está subordinado ao Conselho de Administração e em funcionamento de acordo com a Resolução CNSP nº 321 de 15 de junho de 2015. De acordo com o que estabelece seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração na supervisão da elaboração das demonstrações financeiras da Mongeral Aegon, na avaliação da prestação dos serviços de auditoria externa, além do acompanhamento das atividades da área de controles internos e avaliação da efetividade da auditoria interna e na supervisão da implementação e operacionalização da estrutura de gestão de riscos.

O Comitê de Auditoria desenvolveu os trabalhos conforme seu Regimento Interno e plano de atividades para o ano de 2020. Com base nos resultados das atividades desenvolvidas, e nos pareceres dos auditores independentes, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social do ano findo em 31 de dezembro de 2020 da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

Ainda, no cumprimento das suas atribuições, e conforme disposto na Resolução CNSP nº 321/2015 e no seu Regimento Interno, nada veio ao conhecimento do Comitê de Auditoria durante os seus trabalhos, que o leve a considerar que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A não estejam estruturados para propiciar o adequado registro e controle das operações, bem como das disposições legais e dos normativos regulatórios vigentes.

O relatório completo das atividades do Comitê encontra-se arquivado na sede da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2021

Cleide de Sant'Anna Pacheco Presidente do Comitê de Auditoria	José Américo Peón de Sá Membro do Comitê de Auditoria	Paulo Roberto Pisaurro Membro do Comitê de Auditoria
--	--	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada em conjunto para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Seguradora.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2021

 PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

 Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador
CRC 1RJ056588/O-4